

# **Uma Abordagem sobre o Capital Financeiro a Auditoria da Dívida Pública no Equador**

## **Autores:**

MARCOS VINICIUS IGLESIAS - UNILA  
ISIS DECHECCHI BATISTA - UNILA

Foz do Iguaçu  
2017

MARCOS VINICIUS IGLESIAS  
ISIS DECHECCHI BATISTA

**Uma Abordagem sobre o Capital Financeiro a Auditoria da Dívida Pública no Equador**

Artigo submetido para avaliação e participação do  
XXII Encontro Nacional de Economia Política.

Foz do Iguaçu  
2017

**Resumo:**

O objetivo do Capital Financeiro em seus moldes é caracterizado pela acumulação e centralização do capital nas mãos de poucos; um claro exemplo são os bancos e transnacionais que utilizam de seus recursos e poderes para garantir sua estabilização e reprodução no atual sistema econômico-mundial. Entretanto, governos progressistas latino-americanos não conseguiram livrar-se dessas amarras e sucumbiram-se a dívidas astronômicas dentro de tal estrutura. O presente artigo tem como propósito transcorrer duas análises em relação ao Capital Financeiro e, em específico, ao Equador: sua origem no ciclo de reprodução do capital e o vínculo que este remete no período da história equatoriana nomeado por “Décadas Perdidas”, existindo, também, uma relação quanto a complexidade que o país passou com mudanças estruturais e conjunturais, bem como a adoção do governo em dolarizar sua moeda. Tal abarcamento levará a uma análise da dívida pública equatoriana pela auditoria total de suas contas nacionais.

Palavras-chave: Capital Financeiro, Equador, Décadas Perdidas, Dívida Pública.

**Resúmen:**

El propósito del Capital Financiero en su molde es caracterizado por la acumulación y centralización del mismo en pocas manos, un claro ejemplo son los bancos y las empresas transnacionales que utilizan sus recursos y poderes para garantizar su estabilización y reproducción en el actual sistema económico-mundial. Por lo tanto, los gobiernos progresistas de América Latina no han logrado deshacerse de estos grilletes y sucumbieron a las deudas astronómicas dentro de una estructura de este tipo. Este artículo tiene como objetivo pasar dos análisis del Capital Financiero y, en particular, del Ecuador: su origen en el ciclo de reproducción del capital y el vínculo que esto se refiere al período de la historia ecuatoriana nombrado por "décadas perdidas", concretando, también, una relación como la complejidad que el país cuenta con los cambios estructurales y económicos, así como la aprobación del gobierno de dolarizar su moneda. Este enfoque dará lugar a un análisis de la deuda pública ecuatoriana y la auditoría total de sus cuentas nacionales.

Palabras-clave: Capital Financiero, Ecuador, Décadas Perdidas, Deuda Pública.

**Introdução:**

Neste artigo aborda-se o capital financeiro dentro de uma visão crítica; ou seja, partir-se-á de textos de autores marxistas embasados nas ideias de Karl Marx. Pretende-se demonstrar o surgimento do capital financeiro na visão da centralização e acumulação do capital nas mãos de poucas empresas, bem como a visão do Imperialismo que esse capital (em nome de seus detentores) exerce sobre os países em desenvolvimento.

Tentar-se-á traçar um perfil do Capital Financeiro para expor seus moldes em momentos distintos dentro do cenário político e econômico em que os países latino-americanos atravessam. O assunto abordado é bastante amplo e esse trabalho tentará expor um lado da complexa forma de como atua esse tipo de capital, não podendo, de forma alguma, criar conclusões definitivas, e sim, levar a um questionamento sobre tal forma de acumulação.

Tal conceito desempenha papel fundamental na estrutura do sistema econômico em vigência. Isso não ocorre desde agora. De acordo com Hilferding (2005) o aparecimento do capital financeiro se baseia nos monopólios que resultam da fusão do capital dos bancos com o capital das indústrias, e bem como a concentração da produção dos mesmos. Já Lênin (2003) denominou o capital financeiro como sendo a segunda etapa do capitalismo, podendo ser visto como um processo lógico do sistema de acumulação capitalista, onde o nacionalismo fazia parte da ideologia do imperialismo vigente.

Nesta mesma ótica Chesnais (1998) descreve que o capital financeiro possui atributos que alimentam o movimento do sistema capitalista, tendo como consequência maior a financeirização dos países periféricos. Assim este capital expressa uma nova aparência, no qual está centralizado nas relações econômicas e sociais.

O capital financeiro entra na América Latina a partir do financiamento das importações que se deu pela abertura da exploração das jazidas de prata aos europeus. A história das dívidas de toda a América Latina está intrinsecamente relacionada à evolução da dívida externa, assim sendo o capital estrangeiro evidencia um grau de dependência sobre o processo de acumulação na região (MARTINS, 2008).

Diante desse quadro, evidencia-se a necessidade de investigar esses processos de endividamento que tem provocado tanta injustiça social em todo o mundo, beneficiando unicamente a uma minoria localizada principalmente no setor financeiro (FATTORELLI, 2013).

O instrumento para se realizar essa investigação, de acordo com Fattorelli (2013) é a Auditoria da Dívida Pública. Por meio dela é possível conhecer a natureza da dívida, sua origem, fatores que influenciaram em seu crescimento, quem se beneficiou do processo e

onde foram aplicados os recursos, identificando dívidas ilegítimas ou ilegais. A auditoria também serve como processo de investigação acerca do cumprimento de normas administrativas, observância da legislação de regência, bem como da legitimidade das operações.

### **O capital financeiro:**

Dentro de uma abordagem específica sobre o capital financeiro, tentaremos mostrar numa visão crítica os fenômenos econômicos implicados por ele. Que muito se distancia do lado social e que no caso do capital financeiro constata ser anônimo para quem detém esse capital (andam em lados opostos, ou, em linhas paralelas).

Para começar discorrer sobre esse tema, temos que primeiramente nos ater a centralização e concentração do capital, pois Hilferding (1985) os relaciona com a dinâmica do imperialismo que identifica os mecanismos de concentração técnica do capital dentro do capitalismo e da centralização financeira. Para poder explicar o processo de monopolização, que tem início com as empresas de sociedades anônimas, onde empresas grandes compram as empresas menores centralizando assim o capital que posteriormente gera uma crescente cartelização, pois dentro deste processo os grandes capitais acabam por expulsar os pequenos capitais.

Já Bukharin (1984) descreve que a concentração do capital representa o aumento da mais valia<sup>1</sup> produzida por determinado capital, e a centralização do capital representa a união de diversos capitais em um só. Desta forma a concentração do capital absorve empresas mais fracas, ocorrendo um processo de centralização. Quando um capital se encontra centralizado, ele aumenta ainda mais seu poder de extrair mais valia. Ou seja, ambos os movimentos se entrelaçam formando assim cartéis e trustes. Assim, *“a concentração de capital adquiriu uma forma diferente: a concentração dos trustes”*. (Bukharin, 1984, pág. 110). Desta forma os trustes facilitam a concentração do capital ao se tornar um truste único e nacional, gerando uma acumulação maior e aumentando a mais valia, pois uma vez esse capital pertencendo a um só capital ele contribui para concentração e centralização do capital.

O capital financeiro foi à única forma de capital que não foi teorizada por Marx, mas que se tornou uma categoria válida para a teoria marxista do século XX, por se tratar de uma forma totalmente distinta de outras, como o capital de financiamento, o capital a juros, entre outros. E a partir de agora vamos analisar de forma mais abrangente o capital financeiro na perspectiva de Hilferding, Bukharin e Lênin.

---

<sup>1</sup> lucro obtido pelo detentor do capital investido.

Em “O Capital Financeiro” de 1909 Hilferding identifica que os mecanismos de concentração técnica do capital dentro do capitalismo e da centralização financeira estão relacionados com a dinâmica do imperialismo, e a partir daí analisa os mecanismos e os conceitos sobre o capital bancário e do capital industrial<sup>2</sup> de Marx. Parte de um conceito de imperialismo onde a economia nacional passa a ser responsável por uma luta entre os capitais travada entre os Estados, que por conta da lógica do capital financeiro, estarão incessantemente buscando expansão de poder e denomina que o capital financeiro é o motor principal da expansão imperialista do início do século XX. Segundo Hilferding (1985) o processo de monopolização que inicia com o surgimento das empresas e sociedades anônimas permite que empresas maiores comprem as empresas menores e acelere a tendência de centralização do capital, centralização essa que gera uma crescente cartelização onde os grandes capitais acabam por expulsar os pequenos capitais.

Assim explica Hilferding (1985) que o capital financeiro é uma grande porção de capital industrial que não pertence às pessoas que os aplica, mas, que são representadas pelos bancos. O capital financeiro é o capital bancário, capital em forma de dinheiro que se transforma depois em capital industrial. Mas mantém sua forma dinheiro diante os proprietários que os aplicam, posteriormente é aplicado por eles em forma de capital monetário gerando lucro e sempre pode ser retirado por eles em forma de o capital financeiro surge a partir da predominância dos bancos na atividade produtiva dinheiro. No entanto, a maior parte deste capital investido nos bancos acaba se tornando capital industrial, ou seja, capital produtivo transformado em meios de produção e força de trabalho dentro do processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital a disposição dos industriais e dos bancos. Desta maneira o capital financeiro se desenvolve mediante o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização industrial. Para Hilferding (1985) é na fase monopolista do capitalismo que surge o capital financeiro configurado pela união do capital industrial com o capital bancário, porém mantido na dominância do bancário.

O capital financeiro de acordo com Hilferding (1985) segue uma linha tênue que é a de aumentar sempre o seu território econômico, através de políticas protecionistas resguardar

---

<sup>2</sup> “O capital industrial é a única forma de existência do capital na qual sua função não é apenas a apropriação da mais-valia ou do produto suplementar, mas também sua criação”. Por isso, precisamente o capital industrial condiciona o caráter capitalista da produção; a existência do capital industrial encerra em si a contradição de classe entre os capitalistas e os operários assalariados. K. Marx, *O Capital*, t. II, 1983, p. 52.

esse mesmo território contra a concorrência estrangeira e tornar em uma área de exploração para os monopólios nacionais também esse território.

Concluimos o desenvolvimento sobre Hilferding com uma frase do autor, “*Assim, o capital financeiro torna-se portador da ideia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios.*” (Hilferding, 1989, p.311). Esta lógica, portanto, é pensar nos dois pontos de vista, que no fato de que dentro de um espaço econômico micro, haverá pouca força para superar a luta competitiva e maior será a necessidade de se exportar capital, com a intenção de participar também do desenvolvimento econômico das demais potências e dos seus altos lucros. Na mesma ótica o oposto também acontece dentro de um espaço econômico macro e com maior poder estatal, melhor será a posição de determinado capital deste país no mercado internacional.

Assim como Hilferding, Bukharin escreve “*A economia mundial e imperialismo em 1915*” e concorda com ele quando diz que o imperialismo é a política sobre o capital financeiro, porém parte da perspectiva das economias nacionais, descrevendo que a economia mundial e a divisão do trabalho internacional explicam que o desenvolvimento destes levam a nacionalização e internacionalização do capital e assim esses movimentos do capital leva a um comportamento imperialista dos Estados.

O capital financeiro para Bukharin (1984) é a junção do capital bancário com o capital industrial da mesma forma como Hilferding descreve, porém analisa o capital bancário com a função de organizar as atividades do capital industrial, porém com o primeiro se sobrepondo sobre o segundo. Descreve também que com a formação dos trustes facilita a concentração e centralização do capital gerando um aumento na acumulação o que ocasiona uma extração maior de mais valia a qual pertence a um só capital.

Com a formação dos trustes e a união deles em um único truste aumenta a concorrência que antes eram somente entre capitais nacionais e agora se torna entre economias nacionais, Bukharin (1984) salienta que com o advento do capital financeiro a relação entre o capital e o Estado muda de figura, agora o Estado é o ator principal da concorrência entre os capitais. Apesar desta mudança, o Estado ainda fica subordinado ao capital financeiro.

Logo, Bukharin (1984) conclui que o capital financeiro em sua política de expansão territorial exige um incessante crescimento para que seus lucros monopolistas sejam expandidos, dessa forma o Estado será o impulsionador da conquista territorial. Portanto se faz necessária a militarização nacional, porque a luta entre os trustes capitalistas nacionais se dará pelo confronto de suas forças militares.

*“O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro.”* (Bukharin, 1984).

Como analisado notamos que ambos os autores descrevem o capital financeiro de uma forma parecida e que Bukharin resgata muito das argumentações de Hilferding sobre o imperialismo e a política do capital financeiro. Porém analisa as unidades Estatais e consegue uma maior conexão sobre a relação Estado e capital.

Continuando a mesma linha de análise sobre o capital financeiro Lênin escreve “Imperialismo fase superior do capitalismo” em 1916 e usa para sua análise muito das obras dos autores citados anteriormente e disseminar a teoria marxista sobre o imperialismo. Para Lênin (2008) o processo de concentração do capital seria uma das particularidades do capitalismo e a concorrência faria com o que os capitais se aglutinassem. A transformação mais importante do capitalismo, que o leva para uma fase superior, seria a supressão da concorrência e o surgimento dos monopólios. Assim, a característica principal desta nova fase do capitalismo seria a dominância dos monopólios, esses caracterizados pelos bancos e seu capital bancário sobre a submissão do capital industrial, que para o autor seria esse o início do capital financeiro.

Com conceito de capital financeiro, Lênin (2008) diz que ele é um capital parasitário - principal característica da nova fase do capitalismo- e como o capital bancário domina e cresce sobre a produção do capital industrial, mostra que há uma nítida separação da propriedade do capital e da sua aplicação na produção. Para Lênin (2008) o imperialismo sempre existiu e a procura por espaços para o capital excedente e fontes de matérias primas torna este novo imperialismo um caso particular com a existência de monopólios e é através do capital financeiro que estes monopólios exercem uma subordinação sobre a independência política dos Estados.

*“o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontra, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.”* (Lênin, 2008)

Dentro do que foi apresentado podemos afirmar que Lênin defende que o capital financeiro se sobrepõe à esfera produtiva e que o imperialismo é uma nova e superior fase do capitalismo, onde o desenvolvimento deste trouxe a dominação dos monopólios. Esse processo, por fim, conduz a exportação de capitais, que irá contribuir para a divisão do mundo entre os grandes capitais monopolistas. Para Lênin o principal causador do processo de



criação do capital financeiro é a concentração de capital se baseando nos textos escritos por Hilferding. Já para Hilferding o capital financeiro nasce da participação dos bancos na centralização do capital e na formação dos monopólios e Bukharin da análise da divisão internacional do trabalho e do processo da nacionalização e internacionalização do capital para explicar a concentração de capital.

### **A dominação do capital financeiro.**

Na mesma intensidade com que o capital financeiro concentra e centraliza o capital, vale destacar que a internacionalização do capital é fator fundamental dos grupos estrangeiros para a dominação dos países ditos em desenvolvimento. Carcanholo (2009) descreve que *“O capital se lançou freneticamente na especulação e encontrou aí o remédio para a baixa rentabilidade que foi forçado a suportar durante a década de 1970.”*

Continuando a descrever Carcanholo (2009) relata que para fugir de uma crise com baixa rentabilidade esses mesmos capitais migram para o setor especulativo, ao qual se intensifica no período final da década de 1970, muito favorecido pela quebra de Bretton Woods que ocorrera no início da mesma década. A política de endividamento externo dos países em desenvolvimento contribuiu bastante para essa dominação do capital financeiro agora sobre as amarras dos estados Unidos, que pode incorporar o padrão dólar flexível<sup>3</sup>.

Segundo Belluzzo (1997) esse padrão não se sustenta baseado na aceitação dessa moeda se manter estável como nos padrões anteriores<sup>4</sup>, mas sim, pelo simples fato do acesso ao mercado financeiro dos seus títulos públicos em momentos de crise. Já Medeiro e Serrano (2000) descreve que o dólar continua como a moeda internacional, porém livre de qualquer paridade que os padrões anteriores impunham aos países com a moeda dominante.

Dentro dessa análise do padrão dólar flexível Medeiro e Serrano (2000) destacam que mesmo com a crescente do comércio mundial, principalmente no circuito Estados Unidos, União Europeia, Japão, os países periféricos continuam com baixo crescimento e concorrência acirrada. E sendo excluídos do circuito internacional em meados da década de 1970 e só retornando ao mesmo em meados de 1990 pela expansão acelerada dos fluxos de capitais do centro para a periferia. Dessa forma ocorre uma inversão do que chamamos de modelo exportador voltado para fora e passa para uma estratégia de obtenção de grandes somas de capitais externos ligados aos circuitos financeiros internacionais.

---

<sup>3</sup> A conversibilidade da moeda deixa de ser pareada ao ouro e passa a ser pareada ao dólar norte americano.

<sup>4</sup> Padrão ouro, Padrão libra ouro, Padrão dólar ouro.

### **O capital financeiro no Equador.**

Desde a sua origem o Equador atravessou por vários períodos de apogeu e de crise das grandes potências hegemônicas, refletindo de perto os ciclos das economias capitalistas centrais, e assim como todos os outros países latino-americanos o Equador passou por várias modalidades de acumulação.

Desta maneira é muito importante entender adequadamente o processo de transição entre as diferentes modalidades de acumulação, assim como a dinâmica sócio-política implícita em cada uma delas, o que significa considerar corretamente a mediação complexa entre o econômico, o social e o político. Em outras palavras, a interação entre a estrutura econômica, as classes sociais e o Estado.

O Estado teve uma importância marcante na tentativa de impor um novo modelo de acumulação, modelo este baseado na substituição de importações, como sempre ocorria nos países latino-americanos. Porém ele não trazia consigo nenhuma tentativa de rompimento com o atual sistema de inserção econômica que Equador possuía dentro do capitalismo mundial, apenas satisfazia as necessidades dos grupos minoritários da população, lhes fornecendo bens de consumo. O capital estrangeiro foi dominante nesse processo devido à fragilidade e dependência tecnológica do país. Acosta (2006) relata que a tentativa de industrialização não modificou o já tradicional padrão de acumulação primário exportador. Os bens de consumo também foram favorecidos nessa lógica por atender a esses grupos que foi um esforço associado e subordinado à lógica do capital externo, ao qual orientou o sistema produtivo para satisfazer as necessidades de grupos minoritários da população ao invés de bens de capitais e intermediários.

Segundo Acosta (2006) a economia do Equador teve um crescimento de 2,9% em média no período compreendido entre os anos de 1950 a 1973 com taxas superiores aos demais países da América Latina que obtiveram em média 2,5% ao ano. Com esse crescimento e com a descoberta de fontes de petróleo o Equador passa a chamar a atenção das grandes empresas capitalistas e no início da década de 1970 o petróleo torna-se o principal produto da economia equatoriana, com sua produção crescendo de 190 milhões de dólares em 1970, para 2.500 milhões de dólares em 1981. Vale salientar também que em 1971 o Equador recebeu altos níveis de investimento estrangeiro direto, e que do período de 1950 até os anos 2000, apenas de 1968 a 1971 e em 1975 o Investimento Externo Direto superou as remessas externas, demonstrando que a centralidade que o capital externo atingia na economia não correspondia aos investimentos feitos.

Segundo Costa (2006) esse foi o erro do Equador, de primo pobre passou a ser o primo rico, produtor de petróleo e os então empréstimos que sempre lhes eram negados agora estavam ali a sua disposição no mercado mundial com o sistema capitalista louco para abocanhá-los. Com a mesma intensidade que a exportação de petróleo cresceu entre os anos de 1970 e 1980 a dívida externa cresceu o dobro, o triplo, quer dizer quase 20 vezes mais de 206,8 milhões para 5.868,2 milhões de dólares, passando, portanto, de 16 para 41% de produto interno bruto.

Governado por uma ditadura militar por longos 7 anos (1972-1979) o Estado atuou nesse período de maneira central no processo de desenvolvimento, apoiando sempre ao processo de acumulação de capital, investindo em setores onde a taxa de retorno seria extremamente baixa e de longa duração de forma que o capital privado não se interessaria e migraria de forma mais rápida do país, contando isso e aliada a chegada de Reagan ao governo nos Estados Unidos na década de 80, o capitalismo mundial inicia um novo ciclo, a ascensão conservadora no poder, leva a uma diminuição do fluxo de empréstimos aos países subdesenvolvidos, aliado a um aumento nas taxas de juros. Sem sombra de dúvida o sistema capitalista se fortaleceu a nível mundial impondo mudanças na política dos países pobres, para que se reajustassem às novas exigências dos países mais ricos, ou seja, o poder norte-americano na América Latina, assim explica Acosta (2006).

Com ênfase nas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos no combate a sua recessão econômica na década de 1960 e 1970 e pela participação dos organismos internacionais como FMI, BID e o Banco Mundial, somada a políticas mal executadas pelo Equador e demais países subdesenvolvidos dentro de um capitalismo mundial devorador pode explicar um pouco do grande endividamento externo que gerou a crise da dívida em todos os países da América Latina na década de 1980. Durante 20 (vinte) anos de crise –1980 a 1990- ocorreu na América latina uma transferência líquida negativa de 238 bilhões de dólares para os credores dessas dívidas na maioria delas os Estados Unidos, Acosta (2006) detalha ainda os novos empréstimos e os somando as já existentes, em 1980 foram 228 bilhões de dólares e em 1990 alcançou 442 bilhões de dólares, em termos líquidos, foi paga, uma soma enorme: 238 bilhões de dólares. A dívida externa na visão do autor adquiriu vida própria, e assim cresceu em quase 220 bilhões, acarretando assim uma loucura financeira, especulativa e sem-razão para os juros usurários cobrados sobre juros atrasados, tornando essa dívida impagável.

Em 1983, o FMI negociou com o Equador a contratação de mais empréstimos e também por meio dela segundo Acosta (2006), o governo aceitou a imposição de medidas de ajuste estrutural que provocaram o aumento dos preços da gasolina, das tarifas elétricas e a

desvalorização monetária do sucre, moeda equatoriana na época, que perdeu seu valor frente ao dólar. Assim, iniciou-se a aplicação do modelo neoliberal, caracterizado, principalmente, pela diminuição da interferência do Estado na economia e privatizações de empresas públicas. Em meio ao processo de liberalização que ganha força a partir da década de 80, o Equador na virada do século passa por uma grande crise: entre 1998 e 2000, o PIB caiu 31% e o PIB per capita 33%, a desvalorização em 1999 foi de 216% e a inflação de 52%, tratou-se do empobrecimento mais acelerado da América Latina. Continua assim Acosta: Em termos concretos, em meados dos anos 1990, antes da grave crise dos anos 1998-2000, seis mil pessoas controlavam 90% do capital das empresas mercantis sujeitas à vigilância da Superintendência de Companhias, e apenas duzentas pessoas dominavam todo o sistema bancário privado, no qual cinco bancos concentravam a metade das operações ativas e passivas, E se medirmos a iniquidade dos salários, veremos que no princípio do século XXI 64,4% dos trabalhadores recebiam menos de 1,5 salários mínimos por mês; 20,4% ganhavam entre 1,5 e 5 salários mínimos, e só 3% recebiam mais de 5 salários. (ACOSTA, 2006, p. 186)

Pelos motivos citados acima em Janeiro de 2000, o Equador optou pela dolarização oficial de sua economia, sob o governo do Presidente Jamil Mahuad Witt, sendo ratificados poucos dias depois pelo seu vice e então Presidente Gustavo Noboa Bejarano em 22 de Janeiro de 2000. Esse ajuste levou a economia equatoriana para um novo processo de reprimarização da economia, promovendo as exportações de produtos que assegurassem vantagens naturais, acentuando problemas na distribuição de renda e desigualdade social, Acosta (2006) escreve que essa decisão respondeu a dinâmica dos países hegemônicos e a lógica do capital internacional com o aval de grupos dominantes do país. *“Foi mais o resultado de decisões e angústias políticas do que a consequência de reflexões técnicas”*. (ACOSTA, 2006)

Com a decisão de dolarizar a economia, o sucre que era a moeda nacional perdeu suas funções essenciais, de reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento. Isso correspondeu à dinâmica dos interesses políticos hegemônicos e à lógica do capital internacional, em vinculação estreita com grande parte dos grupos dominantes do país. Mesmo com essa atitude intempestiva e em meio a todos os desarranjos criados pelos governos que passaram pelo país, o estado via constantemente, sua dívida crescer e, via mais remessas saírem para o pagamento dos serviços da dívida. Do ponto de vista matemático Acosta (2006) deduz que a dívida do Equador e do mesmo modo da América latina já estaria paga, especificamente o Equador pagou no período dos anos de 1982 a 2000 como pagamento de capital e juros um montante de 75.908,2 milhões de dólares e recebeu em seus cofres um montante de 65.678,8 milhões de dólares ocorrendo uma transferência líquida negativa de

10.229,4 milhões, finaliza dizendo que o Equador dessa maneira deve ter financiado quase um décimo do “Plano Marshall” com tudo o que já foi pago pelos países latinos americanos bem como o Equador aos Estados Unidos.

Em meio a um turbilhão político e econômico em 2006, nas eleições presidenciais, Rafael Correa é eleito presidente do Equador, e traz consigo, uma bandeira que o acompanhou em sua campanha, em que tratava como sendo a única dívida legítima a ser paga, a dívida com o povo Equatoriano, e defendia inteiramente, uma auditoria da dívida externa.

“Bajo el enunciado patriótico de que Nuestra única deuda es con el pueblo y el cuestionamiento del orden económico internacional creado y sostenido por los organismos multilaterales de crédito... la realización de una auditoría independiente que permita identificar las deudas legítimas e ilegítimas, establecer la corresponsabilidad de los acreedores y sentar precedentes para un manejo justo y responsable de cualquier nuevo endeudamiento. (CAIC, 2008, p. 14).”

Logo no início de seu mandato em 2007, Rafael Correa decreta no mesmo ano, pelo Decreto de nº 472 de 9 de julho de 2007, a auditoria da dívida pública, com a criação da “Comissão para a Auditoria Integral da dívida Público (CAIC)”, com o objetivo de investigar irregularidades provenientes dos contratos firmados para os empréstimos ao Equador, ao longo dos anos, da qual falaremos melhor mais abaixo. Suas ações buscava o conhecimento mais apurado acerca dos dados relativos à dívida, e os moldes ao qual ela foi contraída. Sendo assim, a CAIC definiu a averiguação da dívida, em quatro grupos de investigação, comercial, multilateral, bilateral e a interna.

O documento final da auditoria foi entregue ao presidente Rafael Correa em agosto de 2008, que como primeira providência, suspendeu o pagamento dos juros dos títulos da dívida externa, venceriam em novembro, e a partir desta medida, redirecionou os gastos do serviço da dívida, para a saúde e educação, que apresentaram crescimento de 70% naquele ano. (FATTORELLI, 2013)

### **Auditoria Oficial no Equador**

Começamos nossa argumentação sobre a auditoria da dívida do Equador com uma frase de Maria Lucia Fattorelli que diz que “*A Auditoria Cidadã deverá verificar a utilização da dívida como engrenagem que tem possibilitado a contínua transferência de recursos públicos para o setor financeiro*”. (Fattorelli, 2013)

Com uma iniciativa corajosa o Equador liderou uma nova fase na América Latina, fase essa em que um país privilegia sua autonomia, não se submetendo ao ritmo do mercado mundial.

Em julho de 2007 mediante Decreto Executivo nº 472 assinado por seu presidente Rafael Correa Delgado o Equador deu um passo importante a sua segunda liberdade, criando assim uma comissão oficial para realizar a auditoria integral de sua dívida pública interna e externa. Podendo assim ser considerada como um dos fatos mais importantes da história da América latina nas últimas décadas, essa decisão significou além da busca da verdade a retomada de sua soberania esclarecendo dessa forma seu verdadeiro endividamento público e relacionando à sua natureza oficial mediante decreto.

O Decreto 472/2007 foi criado para auditar o processo de contratação das dívidas, sendo elas convênios, contratos e outras modalidades contratuais para a aquisição de créditos, a comissão para a Auditoria Integral sobre o Crédito Público (CAIC). Essa comissão averiguou as dívidas obtidas pelo setor público do Equador, proveniente de governos anteriores e também por instituições financeiras pública e privadas, nacionais e estrangeiras desde 1976 até 2006. (Fattorelli, 2013)

A CAIC foi presidida pelo Ministro Ricardo Patiño que inicialmente era Ministro de Finanças do Equador e posteriormente nomeado Ministro de Coordenação Política, que teve um desafio imenso contando com a participação e o envolvimento político das organizações sociais nos trabalhos desta comissão. A sociedade civil segundo Fattorelli (2013) teve uma participação importante e juridicamente legal para auditar todos os processos relacionados ao endividamento, em todas as instituições do Estado, uma vez que o decreto presidencial obrigou a todas as entidades do Setor Público a proporcionar as informações requeridas pela CAIC, com penalidade de aplicação das sanções previstas na Lei de Transparência Fiscal.

No livro auditoria “Cidadã da Dívida, Experiências e Métodos” de 2013, Maria Lucia Fattorelli (auditora da dívida do Equador) relata que a auditoria além dos aspectos financeiros e jurídicos buscou determinar também os impactos econômicos, sociais, de gênero, regionais, ecológicos e sobre nacionalidades e povos, como determina o decreto presidencial nº 472/2007. Esse decreto constituiu um marco inédito e histórico para a América Latina e o marco inicial para outras iniciativas importantes que já se anunciam em outros países, como a recente investigação parlamentar da dívida brasileira (2009-2010).

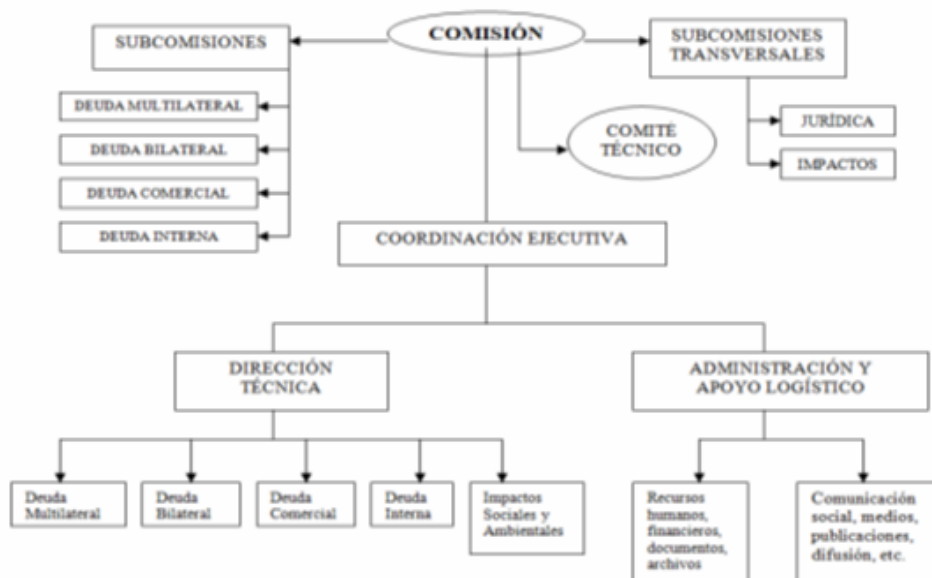
Vale salientar que foi uma verdadeira maratona a auditoria da dívida equatoriana, considerando que o decreto presidencial determinou o prazo de 1 (um) ano para a realização da auditoria dos últimos 30 (trinta) anos de todo o processo do endividamento equatoriano.

A Comissão da Auditoria da dívida por decreto se divide em subcomissões específicas, sendo elas: a multilateral que se dedicou à auditoria da dívida externa contratada junto aos organismos como o FMI, Banco Mundial, CAF entre outros; a bilateral que se dedicou à

auditoria da dívida externa contratada entre o governo equatoriano, ou algum órgão do governo equatoriano e outros governos estrangeiros ou bancos de fomento ou públicos de outros países; a comercial que se dedicou à auditoria da dívida externa com a banca privada internacional, a interna dedicada à auditoria da dívida contratada internamente, além da jurídica, que se dedicou aos estudos dos aspectos jurídicos do endividamento público equatoriano e aos recursos jurídicos previstos no direito internacional sobre o tema; e por último, a social e Ecológica, dedicada aos estudos dos impactos sociais e ecológicos do processo de endividamento, todas já citadas no início do desenvolvimento.

Além da coordenação executiva que ficou responsável por coordenar o funcionamento administrativo da CAIC e suas subcomissões, dando apoio logístico, organização de reuniões, envio de correspondências, organização de arquivos, dentre outras funções, além de cuidar da comunicação para o público e para as autoridades governamentais.

### Distribuição da CAIC



“Auditoria Ciudadã da Dívida, Experiências e Métodos” pág.107

As principais conclusões da subcomissão da dívida comercial para Fattorelli (2013) foi que o processo de endividamento equatoriano, durante o período compreendido entre 1976 e 2006, beneficiou ao setor financeiro privado e às empresas transnacionais, em detrimento dos interesses da Nação equatoriana. Continua a autora dizendo que os dados oficiais dos últimos 30 anos investigados da dívida comercial constatou uma transferência líquida de recursos ao exterior, em favor dos bancos privados, o banco central do Equador segundo suas estatísticas

demonstra uma grande diferença nas entradas e saídas de recursos no total de US\$ 7,13 bilhões de dólares em 30 anos em favor dos bancos privados internacionais, montante esse absurdamente superior o tamanho da economia equatoriana, nesse hiato de tempo a dívida equatoriana com estes bancos aumentou de US\$ 115,7 milhões em 1976 para US\$ 4,2 bilhões em 2006.



“Auditoria Cidadã da Dívida, Experiências e Métodos” pág.113

O processo de auditoria identificou características e condicionalidades prejudiciais ao país, tais como a ingerência do FMI em assuntos interno equatoriano por meio de imposições, consequentemente ocorreu a violação à soberania dos direitos fundamentais das pessoas bem como aos princípios internacionais de direito. Além da existência de inúmeras cláusulas abusivas e práticas de taxas de juros elevadas e capitalizadas que caracterizam a usura e o anatocismo (prática de juros sobre juros), além da flagrante assimetria entre as partes que negociavam, pois em algumas “negociações”, de um lado estava o Equador e de outro toda a banca privada internacional organizada no Comitê de Gestão bancário, apoiado pelo FMI e Clube de Paris (é uma instituição informal cuja missão é ajudar financeiramente países com dificuldades econômicas).

Outra constatação foi que a Banca Privada Internacional, representada por um reduzido grupo de bancos (Shearson Loeb Rhoades, Lloyds Bank, Citybank, JPMorganChase), foram os principais responsáveis pelo endividamento agressivo da década de 70 e pelos sucessivos processos de “reestruturação” não transparentes, que geraram transferência de dívidas privadas ao Estado Equatoriano, trocas e pagamentos antecipados injustificados, custos onerosos e operações diretas no exterior sem ingresso de qualquer recurso no País.



No caso da dívida comercial as investigações e documentos comprovaram que a dívida atual representada por títulos (Bônus Global) era o resultado do endividamento agressivo iniciado no final da década de 70, durante a ditadura militar, majorado pela influência da elevação unilateral das taxas de juros pelo Federal Reserve a partir de 1979, pelas onerosas renegociações ocorridas na década de 80 quando o Estado equatoriano assumiu inclusive dívidas privadas, seguido de renúncia à prescrição dessa dívida em 1992 e sua transformação em títulos negociáveis, denominados Bônus Brady em 1995, emissões de Eurobonos e nova transformação em Bônus Global em 2000.

Em relação aos resultados obtidos, a CAIC (2008) apurou informações pertinentes aos créditos adquiridos, ao longo dos 30 anos e, dentro do que foi encontrado, constatou-se deficiências nos controles interno do Ministério de Finanças e do próprio Banco Central do Equador, assim como, o saldo dívida comercial que chegava a corresponder a 30% da dívida total, e ainda assim, em 2007, foi responsável pelo pagamento de 44% de serviços da dívida (juros).

No grupo que apurou a dívida multilateral (dívida referente aos órgãos multilaterais internacionais, como o FMI, Banco Mundial e o BID), constatou-se que esta dívida, correspondia a 42% da dívida externa do Equador (CAIC, 2008). Como todos os contratos com estas agências, o crédito era solicitado para o financiamento do desenvolvimento econômico do país, mas ao passar dos anos, com todos os problemas enfrentados pelo Equador, e a crise da dívida em um determinado período, mais remessas de crédito estrangeiro passaram a integrar o saldo da dívida, para manter os pagamentos do serviço da dívida, em dia.

A dívida bilateral do Equador correspondia, em 2007, o equivalente a 52,4% do valor contratado, pois na auditoria muitos dos contratos e pré-contratos, não foram encontrados, logo, acarretando sérios problemas de registros da dívida e que fizeram com que o saldo que se apresentava na distribuição de remessas, fosse reduzido em 47,6% do saldo dos créditos originais, que como maiores credores, tinham o Brasil e Espanha, correspondendo por 67,7% do saldo desta dívida.

Com os resultados adquiridos a CAIC considerou ilegítima às dívidas existentes e a maneira do estado se endividar para pagar suas dívidas assim como, a emissão de títulos do estado, para cobrir os déficits gerados pelo pagamento dos serviços da dívida. Desta forma o documento final da auditoria relata Fattorelli (2013), foi entregue ao presidente Rafael Correa em agosto de 2008, que como primeira providência, suspendeu o pagamento dos juros dos títulos da dívida externa, venceriam em novembro, e a partir desta medida, redirecionou os

gastos do serviço da dívida, para a saúde e educação, que apresentaram crescimento de 70% naquele ano.

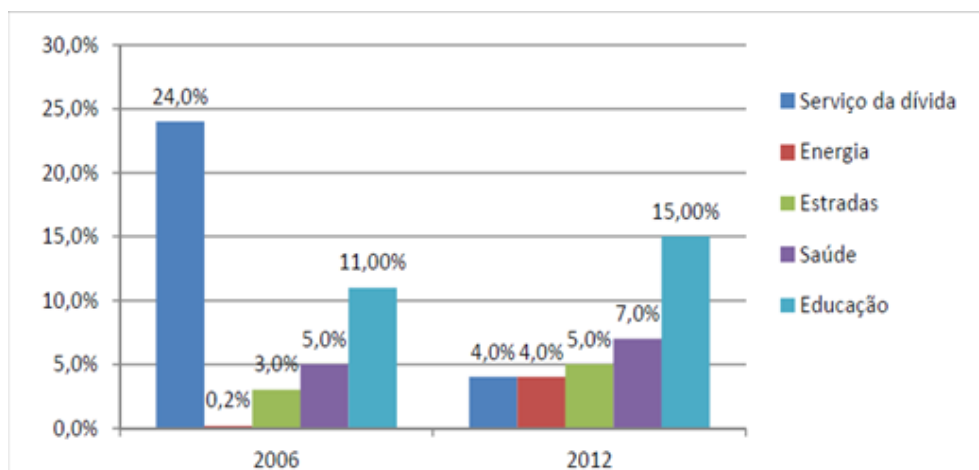
Rafael Correa, no início de 2009 após a suspensão do pagamento dos juros da dívida apresentou a proposta soberana aos detentores dos títulos, que seria recomprar pelo valor máximo de 30% a dívida dos Bônus 2012 e 2030 (que são títulos de dívida pública ou privada que representa a obrigação do emitente de pagar juros periodicamente ao detentor do bônus e a reembolsar o principal do empréstimo na data do vencimento ou a intervalos especificados, no caso 2012 e 2030), que pagavam respectivamente juros anuais de 10 e 12%. De todos os detentores de títulos equatorianos 95% deles aceitaram prontamente a proposta do governo, sem qualquer questionamento judicial, pois todos sabem da exploração sofrida não somente pelo Equador, mas, por todos os países latino-americanos desde sua colonização, conclui Fattorelli (2013).

Essa atitude do Equador da realização da auditoria frente ao problema do seu endividamento público, acompanhada de decisão soberana de seu presidente passou a representar importante precedente histórico, pois provou a existência de inúmeras ilegalidades no processo de endividamento, bem como a viabilidade dos governos enfrentarem o mercado financeiro com a ferramenta da auditoria.

## **EQUADOR APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA**

Como resultado, um dado importante a ser destacado foi à mudança no cenário econômico do país, comparando-se os anos de 2006 (antes da entrada do presidente Rafael Correa, e o instrumento da auditoria) e 2012 (quando o governo conseguiu explorar os resultados gerados pela auditoria da dívida, e pode amenizar a vulnerabilidade econômica externa do país), podemos destacar a mudança do investimento do PIB que antes era gasto para pagar a dívida externa e hoje é investida em prol da população.

### Percentagem do PIB na distribuição do orçamento



Fonte: Ministério de Finanças, Orçamento Geral do Estado 2012.

Baseado na comparação traçada pelo gráfico acima, observam que o orçamento destinado ao pagamento da dívida externa caiu bastante em comparação a esses dois períodos, no ano de 2006 representava 24%, ou seja, 2 bilhões e 280 milhões de dólares do orçamento geral do Estado, enquanto no ano de 2012, representou apenas 4%, ou seja, 1 bilhão e 90 milhões de dólares do orçamento do Estado, assim sendo, representa uma diminuição de mais da metade do valor destinado ao serviço da dívida. Para a “Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo no livro 100 logros de la revolucion ciudadana” as consequências da diminuição do impacto do pagamento da dívida externa no orçamento do Estado, para além da recuperação da soberania e diminuição da vulnerabilidade externa, significou o aumento da participação orçamentária de setores sociais e estratégicos da nação, como a educação, saúde, energia e investimento em infraestrutura.

Considerando estes dados e dentro do ponto de vista do desenvolvimento nacional, o governo do presidente Rafael Correa por assim dizer vem acumulando sucessos sociais, econômicos e políticos, pois, o país se desenvolveu muito depois de sua auditoria avançando no manejo de sua soberania e autodeterminação política internacional. A superação das contradições históricas do subdesenvolvimento e dependência na América Latina merece destaque, pois além do investimento social per capita observa-se a alocação dos recursos do Orçamento Estatal para áreas de importâncias ativas e dinâmicas na transformação estrutural de um país, o investimento social em saúde, educação, cultura, segurança e meio-ambiente entre 2006 e 2011, aumentou substancialmente em 299 dólares, ou seja, dos 147 dólares investidos no ano de 2007 e o valor de 446 dólares investidos no ano de 2011, houve um aumento percentual de mais de 200%, resultados revelados pelo Ministério Coordenação de

Desenvolvimento Social (MCDS) e o Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Equador (SIISE).

### **Conclusão:**

Este artigo teve como objetivo principal traçar um paralelo de como o capital financeiro regido pelo bastão dos Estados Unidos, controla a dinâmica do capital financeiro na América Latina e principalmente no Equador. Este trabalho possibilitou centrar um estudo de caso específico com o que aconteceu no Equador em um determinado período até a auditoria de sua dívida pública, que possibilitou uma verdadeira revolução no que tange às dívidas contraídas em períodos ditatoriais e de forma ilícitas.

Conclui-se então que de acordo com o capital financeiro, e seus interesses, a atuação do mesmo, consiste em controlar e posteriormente expandir a concepção de territorialidade nacional, através das exportações, práticas que historicamente ditam uma política de conquista, de anexação imperialista. Na realidade, tais interesses objetivam primeiramente a infiltração de capital financeiro na economia mundial, formando monopólios e isolando corpos nacionais. Segundo o próprio, em paralelo a essa internacionalização da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, e nacionalização do capital, sendo o último estimulado pelas transformações ocorrentes nas três grandes esferas da economia mundial: a esfera dos mercados, a das matérias primas e a esfera de investimento de capitais.

O século XX é caracterizado pela dominação do capital financeiro no sistema capitalista, os capitalistas industriais não possuem todo o capital industrial pertencente em sua maioria aos bancos, que na verdade são os intermediários deste capital. Os países capitalistas mais ricos são os mais avançados na velocidade do desenvolvimento e do grau de difusão dos monopólios capitalistas e da sua produção, eles têm quase a totalidade do capital financeiro mundial e o restante dos países são devedores e afluentes desses países que detém a concentração do capital.

Esse monopólio dos países mais ricos ajudaria na exportação de capital, e posteriormente ajudando assim na criação de uma rede internacional dependente das relações do capital financeiro. Fazendo um paralelo, podemos destacar que no velho capitalismo a livre concorrência prevaleceu e foi caracterizado pela exportação de mercadorias, já no capitalismo moderno, onde reinam os monopólios fica caracterizada a exportação de capital.

Finalizando toda esta discussão levantada até agora reafirmamos que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, como o capital financeiro é a fusão do capital dos bancos com os dos monopólios industriais. O Novo imperialismo é diferente do Antigo imperialismo,

porque em vez de um único império crescente, existem impérios concorrentes e o interesse do capital financeiro é mais forte do que o do capital comercial.

Este trabalho em sua segunda parte mostrou uma séria divergência nas formas de se lidar com a dívida do Equador. Mostramos numa sequência de fatos e governos dentro da lógica neoliberal, que colocavam os compromissos internacionais a frente dos compromissos nacionais. O fato de estes governos prezarem pela manutenção dos compromissos internacionais, fez com que não questionassem nenhum ponto dos mesmos, deixando a população equatoriana vulnerável. Esta vulnerabilidade pode ser comprovada na auditoria da dívida pública feita a pedido do presidente Rafael Correa. O orçamento destinava um montante que comprometia toda estrutura do país para o pagamento da dívida pública em quanto isso era destinada uma soma muito inferior para a qualidade de vida da população como saúde, educação, entre outros.

Como mostrado, o Equador, tomou a decisão soberana de investigar a onerosa dívida adquirida ao longo dos anos e comprovou ilegalidades na sua estrutura e tomou uma atitude de só pagar pelos débitos comprovadamente corretos, ou seja, 30% do seu total. Logo, percebe-se uma diferença central no relacionamento com a dívida antes de 2006 e depois desse período, antes do governo de Rafael Correa e com Rafael Correa, de como a pode ser tratada e contestada, uma vez que legalmente, ela era passível de contestação, como foi mostrado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, ALBERTO. (2006). **Breve historia Económica del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1997). **Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza**. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org). **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização**. Rio de Janeiro: Vozes.

BUKHARIN, Nikolai (1984). **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural.

FATTORELLI, M. L **Auditoria da Dívida Pública: Instrumento para enfrentar a crise financeira**. Disponível em: <http://cadtm.org/IMG/pdf/Auditoria-da-Divida-Instrumento-paraenfrentar-a-Crise.pdf>

FATTORELLI, Maria Lucia (2013). **Auditoria “Cidadã da Dívida, Experiências e Métodos”**. Editora Inove, Brasília.

HILFERDING, Rudolf. (1985) **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 346p. (Os Economistas).

LÊNIN, Vladimir Ilitch.(2008) **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo. Centauro Editora.

CAIC. **Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana**. 2008.

MARTINS, Carlos E. **Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina**. Comum, v. 13, n. 30, p. 59-65, jan. 2008.

MARX, K. (1983). **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural. Livro 3, v.3, t.2.

MEDEIROS, C., SERRANO, F. **Padrões monetários internacionais e crescimento**. In: FIORI, J. Estados e moedas. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. **100 Logros de la Revolución Ciudadana**.